



MINISTÉRIO DA FAZENDA

OFÍCIO SEI Nº 76784/2024/MF

Brasília, 23 de Dezembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 400, de 25.11.2024, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 4114/2024, de autoria do Deputado Cabo Gilberto Silva, que solicita “informação ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre realidade no qual consta que a moeda brasileira foi a segunda que mais perdeu valor em 2024”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do Parlamentar, o Despacho 47202697, da Secretaria de Política Econômica.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Haddad, Ministro(a) de Estado**, em 23/12/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47208037** e o código CRC **E0343C4F**.



DESPACHO

Processo nº 19995.009315/2024-71

Ao MF-SPE-GABIN,

Em atenção ao Despacho 46772529, acerca do **RIC nº 4114/2024** (46734499), que solicita "*informação ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre realidade no qual consta que a moeda brasileira foi a segunda que mais perdeu valor em 2024*", segue nossa sugestão de resposta.

--

A) Qual é o principal motivo da desvalorização cambial da moeda brasileira?

Resposta: A alta na cotação do dólar ao longo deste ano no Brasil pode ser atribuída a uma combinação complexa de fatores internos e externos. No contexto internacional, a revisão das expectativas quanto à política monetária dos Estados Unidos desempenhou um papel central. No começo de 2024, o Federal Reserve (Fed) sinalizou postergação no início da redução das taxas de juros, previamente projetada para o 1º semestre de 2024, motivada por indicadores de atividade e de mercado de trabalho mais fortes do que o esperado e pela persistência da inflação. Essa mudança nas expectativas resultou na redução dos fluxos de capitais para economias emergentes, incluindo o Brasil. No segundo semestre, apesar do início da flexibilização monetária pelo Fed, a expectativa com relação ao resultado da eleição americana e seus desdobramentos também levaram a um ciclo de fortalecimento do dólar.

No cenário doméstico, no primeiro semestre, ruídos quanto aos próximos passos da política monetária também influenciaram a cotação da moeda americana em comparação ao real. Algumas datas críticas surgiram neste contexto, como em 17 de abril, quando o guidance explicitado em ata do Copom foi revertido sem consenso do colegiado. Em 8 de maio, já como consequência dessa quebra de guidance não consensuada, houve divisão nos votos de membros do Copom, gerando especulações a respeito do futuro da política monetária no Brasil. Esses ruídos foram parcialmente minimizados apenas após a divulgação da ata da reunião do Copom de 8 de maio, que explicitou que a quebra do guidance foi o motivo do dissenso, e quando foi indicado o próximo presidente do Banco Central. No segundo semestre, concomitante às incertezas políticas na economia americana, dúvidas relacionadas a política fiscal também auxiliam a explicar a desvalorização do real.

As medidas fiscais anunciadas pelo Ministério da Fazenda em novembro representam um esforço amplo para fortalecer a sustentabilidade econômica do Brasil. Entre as principais mudanças, destaca-se a vinculação do reajuste do salário mínimo à nova regra fiscal, garantindo que o aumento real do salário mínimo seja sustentável dentro do orçamento da União. Além disso, o abono salarial também passará por alterações. No campo tributário, houve avanços importantes como a tributação de fundos exclusivos e de recursos em paraísos fiscais, corrigindo distorções históricas e promovendo equidade. Regras para evitar fraudes e garantir o uso eficiente dos recursos públicos foram reforçadas, incluindo ajustes na concessão de aposentadorias militares e no controle do teto constitucional para agentes públicos.

Outra ação relevante foi o aprimoramento das regras orçamentárias: o crescimento das emendas parlamentares será limitado pelas regras fiscais, e metade dos recursos das comissões do Congresso será destinada obrigatoriamente à saúde pública, fortalecendo o SUS. Para evitar desequilíbrios fiscais, também será instituída a proibição de criação ou ampliação de benefícios tributários em caso de déficit primário. Essas mudanças, combinadas à reforma tributária e da renda, criam uma estrutura mais

justa e eficiente, gerando uma economia de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos.

B) A desvalorização do real “R\$” mostra, dentre outros fatores, a recessão da economia brasileira. Quais são os erros, da equipe econômica do Presidente Lula, que estão ocasionando atrofia microeconômica do país?

Resposta: A desvalorização do real não está necessariamente relacionada à recessão econômica (motivos foram apresentados na resposta ao item “A”), e isso é especialmente evidente no caso brasileiro. Os dados do PIB de 2023 e ao longo de 2024 têm demonstrado resiliência, com crescimento econômico consistente. No que se refere à atuação da equipe econômica do Presidente Lula, é importante destacar que as políticas implementadas visam a criar condições para um crescimento sustentável e inclusivo. Medidas como o Novo Arcabouço Fiscal, a Reforma Tributária e o fortalecimento de investimentos estratégicos em infraestrutura e transformação ecológica são passos importantes nesse sentido, juntamente com a agenda de reformas microeconômicas.

C) A desvalorização do real “R\$” aumenta o risco fiscal brasileiro. Quais são as medidas que o Ministério tem adotado para reduzir gastos e combater a inflação?

Resposta: O Ministério da Fazenda tem adotado uma série de medidas para reduzir gastos e combater a inflação, conforme respondido no item "A".

--

Brasília, 11 de dezembro de 2024.

Documento assinado eletronicamente

RAFAEL DE AZEVEDO RAMIRES LEÃO

Coordenador-geral de Projeções Econômicas

Documento assinado eletronicamente

RAQUEL NADAL CESAR GONÇALVES

Subsecretária de Política Macroeconômica



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Nadal Cesar Gonçalves, Subsecretário(a)**, em 19/12/2024, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael de Azevedo Ramires Leao, Coordenador(a)-Geral**, em 19/12/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46989562** e o código CRC **EAF311CD**.



DESPACHO

Processo nº 19995.009315/2024-71

Assunto: RIC nº 4114/2024.

À ASPAR/GMF,

Em atenção ao Ofício nº 72977/2024/MF (46764075), encaminho anexa manifestação da área técnica correlata, com a qual estou de acordo, quanto ao **Requerimento de Informação nº 4114/2024** (46734499), que solicita "*informação ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre realidade no qual consta que a moeda brasileira foi a segunda que mais perdeu valor em 2024*".

Anexo:

- **Despacho MF-SPE-SPM** (SEI nº 46989562).

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Documento assinado eletronicamente

GUILHERME SANTOS MELLO

Secretário de Política Econômica



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Santos Mello, Secretário(a)**, em 20/12/2024, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47202697** e o código CRC **6429EDB2**.